

PRÁTICAS CORPORAIS, IDENTIDADE CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA: O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Eduardo da Silva Gomes¹
Hudson Nascimento de Sousa Filho²
Hugo Luiz Cordovil de Freitas³

RESUMO

Discutir sobre as práticas corporais, identidade cultural e políticas públicas na comunidade quilombola: o protagonismo dos movimentos sociais é o objetivo deste texto. Sendo assim, a pesquisa resultou em analisar 50 artigos pré-selecionados, onde 16 foram incluídos por atender os critérios da análise. A partir da revisão bibliográfica de literatura, foram utilizadas uma amostra de 16 produções científicas, divididas em 3 quadros de sínteses. Conclui-se que o reconhecimento dos movimentos sociais surge através das suas diversidades e pluralidades, e ainda que a população negra ao logo de suas lutas sociais, culturais, políticas e antirracistas é organizada e sistematizada por movimentos negros.

Palavras-chaves: Práticas corporais. Identidade cultural. Políticas Públicas. Comunidades Quilombolas. Movimentos sociais.

BODILY PRACTICES, CULTURAL IDENTITY AND PUBLIC POLICIES IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY: THE PROTAGONISM OF SOCIAL MOVEMENTS

ABSTRACT

To discuss body practices, cultural identity and public policies in the quilombola community: the role of social movements is the objective of this text. Thus, the research resulted in analyzing 50 pre-selected articles, where 16 were included for meeting the criteria of the analysis. From the literature review, a sample of 16 scientific productions were used, divided into 3 tables of synthesis. It is concluded that the recognition of social movements arises through their diversity and pluralities, and even that the black population after their social, cultural, political and anti-racist struggles is organized systematized by black movements.

Keywords: Corporal practices. Cultural identity. Public policies. Quilombola communities. Social movements.

Data de submissão: 05.10.24

Data de aprovação: 10.12.24

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa será construído através das compreensões e discussões a respeito da temática intitulada *Práticas corporais, identidade cultural e políticas públicas na comunidade quilombola: o protagonismo dos movimentos sociais*. Diante do exposto, confere-se que o estudo terá como propósito o de realizar diálogos, descrições e reflexões referentes à

¹ Pós-graduando no curso de Especialização em Saberes e Práticas Afro-Brasileiras e Indígenas na Amazônia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Brasil. E-mail: profedfeduardosilva@gmail.com

² Docente de Geografia (EBTT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA - Tucuruí). Docente de Geografia e Estudos Amazônicos (SEMED - Altamira). Mestre em Geografia (PPGeo / UFPA - ALTAMIRA). E-mail: hnascimento329@mail.uft.edu.br

³ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA – Tucuruí), atualmente Assessor da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Doutor em Saúde Pública: Determinação dos processos saúde-doença: Produção/trabalho, território e direitos humanos. E-mail: hugo.freitas@ifpa.edu.br

identidade cultural, práticas corporais, resgate das memórias dos quilombolas mais antigos, patrimônios culturais, desafios, lutas, perspectivas e políticas públicas para o reconhecimento da re-existência das comunidades quilombolas.

Segundo o censo demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), o Brasil possui 1,3 milhões de quilombolas situados em 1.696 municípios, enquanto povos e comunidades tradicionais reconhecidos pela Constituição de 1988. Além disso, o mesmo censo destacou que os territórios quilombolas oficialmente delimitados abrigam 203.518 pessoas, sendo 167.202 quilombolas, ou 12,6% do total de quilombolas do país, assim, destaca-se, ainda, que apenas 4,3% da população quilombola reside em territórios já titulados no processo de regularização fundiária. Diante destes dados, vale ressaltar que o Estado do Pará apresenta a 4ª maior quantidade de quilombolas com (135.033) e percentual de 1,66%, sendo que a região Norte tem 31,3% de sua população quilombola residindo em territórios delimitados, com a maior proporção entre as cinco grandes regiões.

Antes de discutir as práticas corporais, identidade cultural, políticas públicas e protagonismo dos movimentos sociais, é fundamental problematizar o racismo, uma vez que a valorização e os aportes da comunidade negra são invalidados por atitudes racistas no Brasil. Sendo assim, é possível enxergar o racismo como uma maneira de segregação, classificação socioantropológica utilizada para identificar coletivos com base em tradição, identidade e contextos específicos (CAMPOS; MALDONADO, 2023).

Nesse sentido, as tradições das comunidades remanescentes no Brasil manifestam-se por meio de rituais, de músicas, da culinária, das danças, gestos, diferentes práticas corporais, do artesanato local, práticas esotéricas e de manifestações religiosas do catolicismo popular. Além disso, é importante ressaltar que a discussão em volta do termo “Quilombo” pressupõe que seus processos históricos envolvem a sua formação político-social (MELLO; XAVIER, 2019).

Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68, ressalta-se que: aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos. A garantia de terras atestado pela Carta Magna reafirma a necessidade histórica e contemporânea de reconhecimento desses territórios, conforme discute (MELLO; XAVIER 2019).

Assim, o debate além da significância histórica do termo Quilombola mostra que o reconhecimento dessas comunidades ao longo dos anos sofreu alterações, tais como, por exemplo, o deslocamento da visão de que as comunidades estão, exclusivamente, em áreas agrárias, pois foram perdendo os seus locais de origem ancestrais. Sendo assim, as demandas por reconhecimento das comunidades quilombolas em espaços urbanos têm crescido por causa dessa intervenção fundiária e tornado o processo de reconhecimento mais complexo (MELLO; XAVIER, 2019).

Entretanto, as práticas corporais concretizam interações dos vários grupos que compartilham da construção do território, situados no contexto espacial-histórico ao qual estão sendo criados e recriados. Conforme Silveira (2021) menciona, a cultura corporal de movimento é o indivíduo que participa de práticas de raízes africanas presentes na constituição cultural afro-brasileira, como, por exemplo, a capoeira, o maracatu, a congada, o samba de roda, entre outros. Essas práticas corporais trazem renovação ao praticante, tendo um cunho espiritual e religioso, sem, no entanto, critérios para as liturgias e os dogmas da instituição de uma religião propriamente dita.

Ainda com a mesma ideia, Oliveira (2018) afirma que as práticas corporais são como traços representativos da cosmovisão africana, nessa perspectiva da diáspora, são histórias expressas no/com o corpo. Destarte, são materializadas tradicionalmente nas brincadeiras, nos jogos, nas danças, nos esportes e nas manifestações culturais, incontáveis técnicas em sua gestualidade característica. Assim, diante de muitos tempos as comunidades quilombolas

existiram em um cenário de desconhecimento e negação das culturas afro-brasileiras e africanas, é compreensível que as práticas corporais expressas nos rituais em diferentes períodos históricos passados pelas pessoas mais velhas, como, por exemplo, seio da família, na religião, na vivência comunitária e nas celebrações comunitárias.

Em outra perspectiva, ao pensar em identidade negra, é preciso primeiro compreender o próprio conceito de identidade, para conceituar identidade deve-se levar em considerações três premissas relativas à construção da identidade como, compreender-se, estrutura em constante evolução, sempre em temporalidade, construída e reconstruída nas relações sociais. A identidade é um processo que envolve condições de gênero, religião, etnia, história de vida e classe social. Percebe-se que, historicamente, sempre os negros foram sinônimos de escravos, vistos como submissos ou espontaneamente invisíveis, assim, não sendo diferente dos dias atuais. Pois, marcaram um grande período da escravidão de pessoas negras, deixando marcas até hoje (LOURENÇO, 2019).

Conforme Silva *et al.* (2020), quando se referem à identidade negra, é preciso mencionar dois fatos históricos que foram indispensáveis na construção da identidade dos brasileiros, que são: o mito da democracia racial e a política do branqueamento. Nota-se que esses dois momentos foram cruciais para relembrarem a história da identidade brasileira, representada por muitas lutas e conflitos frente uma sociedade baseada no preconceito e no pensamento racista.

Nessa perspectiva, Gohn (2008) enfatizar, dentro desse contexto dos movimentos sociais, que o “[...] movimento negro, ou de afrodescendentes como preferem alguns, avançou em suas pautas de luta, a exemplo de Brasil, com a política de cotas nas universidades, programas PROUNI, etc. [...]” (2008, p.441).

Outrossim, a realização deste estudo é justificada pela relevância das práticas corporais, identidade cultural e políticas públicas na comunidade quilombola, bem como pelo protagonismo dos movimentos sociais nesse contexto. Algumas razões para a realização deste trabalho incluem: preservação da identidade cultural, as comunidades quilombolas representam uma parte essencial da diversidade cultural brasileira, com suas próprias tradições, costumes e práticas corporais. Preservar e valorizar essas identidades culturais é fundamental para garantir a diversidade e a riqueza do patrimônio cultural do país.

Nesse mesmo cenário, a resistência histórica e social, ao longo da história, as comunidades quilombolas enfrentam diversas formas de opressão e discriminação. Suas práticas corporais não apenas servem como expressão cultural, mas também como forma de resistência política e social, fortalecendo o senso de pertencimento e coletividade.

Assim, segundo Gohn (2011) aponta que:

O mesmo ocorreu com o movimento negro ou afrodescendente, que deixou de ser predominantemente movimento de manifestações culturais para ser, sobretudo, movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial. Os jovens também criaram inúmeros movimentos culturais, especialmente na área da música, enfocando temas de protesto, pelo rap, hip hop, [...] (2011, p.343).

Dessa forma, quanto aos desafios atuais, apesar dos avanços na legislação e nas políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, é nítido ressaltar que ainda há muitos a serem superados, tais como a falta de reconhecimento territorial, acesso a serviços básicos e promoção de suas práticas culturais. Este estudo pode contribuir para identificar lacunas e propor soluções para esses desafios, ainda que de maneira modestamente introdutória. À contribuição ao debate acadêmico surge da revisão e análise da literatura existente que dialogue com o tema, contribuindo, logo, com a evolução do conhecimento acadêmico sobre as práticas corporais, identidade cultural e políticas públicas na comunidade quilombola. Além de tudo, para pesquisas futuras e orientar ações práticas voltadas para o fortalecimento dessas comunidades.

À promoção da equidade e justiça social faz-se necessário valorizar as práticas corporais e a identidade cultural das comunidades quilombolas, não sendo apenas uma questão de reconhecimento cultural, mas também de justiça social e equidade. Garantir que essas comunidades tenham acesso a políticas públicas inclusivas e participativas é essencial para promover a igualdade de direitos e oportunidades.

Portanto, este estudo se justifica pela sua importância em reconhecer a valorização da identidade cultural quilombola, o fortalecimento dos movimentos sociais e a promoção de políticas públicas mais inclusivas e participativas. Entretanto, a necessidade de estudar esse assunto, surgiu pelo motivo de encontrar bastantes lacunas referentes a temática abordada, quais sejam: as lutas e desafios através dos movimentos sociais, a tradução da identidade cultural das comunidades quilombolas são bastantes frequentes nas comunidades remanescentes afro-brasileira, muitos não reconhecem seu território e espaço de identidade cultural, e também estão se desvinculando de suas origens e características, a ressignificação de valores e conceitos históricos para a comunidade em seu entorno.

Conforme Santos *et al.* (2022), um dos maiores problemas que assolam atualmente os quilombos é a perda de (auto)reconhecimento negro e valorização de suas raízes. Na comunidade remanescente quilombola este é um problema óbvio, pois grande parte da geração atual não se (auto)reconhece como remanescente quilombola, pois não há continuidade nos costumes e tradições ancestrais da comunidade, os processos de formação pelos quais passaram as comunidades e rumo ao novo modo de vida moderna, em que a globalização perversa não se limita às fronteiras e se estende opressivamente até mesmo à esfera cultural.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa pretende discutir sobre as práticas corporais, identidade cultural e políticas públicas na comunidade quilombola: o protagonismo dos movimentos sociais, partindo da seguinte questão norteadora: quais são as práticas corporais, identidade cultural e políticas públicas na comunidade quilombola: o protagonismo dos movimentos sociais?

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

1.1 PRÁTICAS CORPORAIS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: EXPRESSÕES DA IDENTIDADE CULTURAL

No período do Brasil colônia ocorreu a chegada de negros escravizados nos portos da Bahia e Recife, durante essa viagem longa para América, muitos negros morreram devido as ruins condições e aos maus-tratos nos navios de transporte. Sendo assim, o Brasil se torna um dos últimos entre os países a abolir a escravidão. As práticas corporais concretizam interações dos vários grupos, compartilham com o território o sociocultural do contexto espacial-histórico, quais estão sendo criados e recriados. Nessa perspectiva curricular, chamada “cultural”, para as vivências escolares é preciso um âmbito aberto de diálogos, aos encontros de cultura e à influência de práticas corporais pertencentes aos vários setores sociais Portela *et al.* (2021).

Campos e Maldonado (2023) salientam que, antes de abordar as práticas corporais quilombolas, é indispensável indagar o racismo. Eles acreditam que todo o conhecimento e a contribuição da comunidade negra são deslegitimados por práticas racistas no Brasil. Nesse contexto, a cultura afro-brasileira remanescente no Brasil surge de tradição e é continuamente atualizada através da música, da culinária, da dança, dos gestos, de diversas práticas corporais, do artesanato, das festividades religiosas, dentre outras práticas.

Além disso, Campos e Maldonado (2023) apontam que as manifestações informais surgiram nas senzalas, com a dança, a capoeira, as brincadeiras tradicionais, as práticas corporais sobre a cultura afro-brasileira da comunidade. A literatura destaca uma variedade de práticas corporais presentes nas comunidades quilombolas, incluindo danças rituais, capoeira,

festas religiosas e atividades agrícolas. Tais práticas são fundamentais para a transmissão de conhecimentos tradicionais, a coesão comunitária e a resistência cultural (SILVA, 2018).

Estudos destacam o papel das práticas corporais na construção e preservação da identidade cultural quilombola, as danças, por exemplo, são vistas como expressões simbólicas de resistência e afirmação cultural, que reafirmam a história e os valores das comunidades. Diante desse cenário, essas práticas estão relacionadas aos movimentos sociais que expressam uma abordagem dos direitos, onde enfatiza que as culturas tendem a preservar e defender as culturas locais enquanto patrimônio cultural das etnias e seus povos (SOUSA, 2018; GOHN, 2011).

As práticas corporais nas comunidades quilombolas refletem uma profunda conexão com a terra, com os ancestrais e com a história de resistência. A dança, a capoeira, o batuque e outras formas de expressões corporais são manifestações culturais que atravessam gerações, transmitindo conhecimentos e valores de forma oral e prática. Essas práticas não apenas fortalecem os laços comunitários, mas também reafirmam a identidade quilombola em um contexto em que essa identidade muitas vezes é marginalizada ou negada (SOUSA, 2018).

A dança, por exemplo, não é apenas uma atividade recreativa, mas uma forma de contar histórias, celebrar conquistas e expressar emoções. Os movimentos corporais são carregados de significados simbólicos, que remetem às tradições africanas trazidas pelos ancestrais escravizados. Da mesma forma, a capoeira – arte marcial de origem afro-brasileira – é uma prática que combina elementos de dança, luta e música, representando uma resistência cultural e uma forma de afirmar a identidade negra (SOUSA, 2018).

Nessa perspectiva, a identidade negra, como diversas culturas raciais, é improvável e irá divergir conforme a situação do poder global e a relação entre diversas raças reconhecidas. Mas, entende-se que a identidade negra é fundamentada na prevalência da cultura negra e particularidades de origem social de um sujeito resolvido ideologicamente (SILVA *et al.*, 2020).

É importante entender que as práticas corporais quilombolas podem ser consideradas como uma forma de aproximar a sua dimensão social das expressões, protestos e dos significados corporais, oportunizando compreender toda uma conjuntura social. Deste modo, dentro do movimento e da produção cultural, essas manifestações da cultura corporal são meios legítimos de celebração da comunidade, de resistência, de valorização étnica, de luta política, dentre outras (CAMPOS; MALDONADO, 2023).

Para os autores Costa e Fonseca (2019) a identidade cultural de uma determinada comunidade evoca a história e a cultura compartilhadas no passado, associadas a um território que lhes seja simbólico e social, mediante um processo cultural que estabelece identidades individuais e coletivas baseadas em sistemas simbólicos.

Entretanto, quando se referem sobre as relações estabelecidas nos conjuntos sociais das comunidades quilombolas, são vínculos que criam e recriam identidade quilombola diante do território que abrange. Nesse contexto, a identidade é vista como o imaginário social construído pelas vivências e valores compartilhados nas raízes familiares (SANTOS; ANDRADE, 2020).

Dessa forma, Santos e Andrade (2020) enfatizam a resistência da identidade e a valorização dos saberes é mantido pelas memórias dos mais velhos da comunidade, permitindo as novas gerações, tais como crianças, jovens e adultos vivenciarem suas histórias, memórias e a preservação do patrimônio histórico e cultural da comunidade.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E RECONHECIMENTO CULTURAL QUILOMBOLA

Apesar dos avanços legislativos, como o reconhecimento das comunidades quilombolas pela Constituição Federal de 1988, a implementação efetiva de políticas públicas ainda é limitada. Muitas vezes, as práticas culturais, incluindo as corporais, não são devidamente

valorizadas nas políticas governamentais, o que prejudica a preservação da identidade quilombola (PEREIRA, 2020).

Conforme Nogueira e Meneses (2017) ressaltam, o reconhecimento da identidade é um importante meio de resistência da população quilombola no Brasil, portanto, de acordo com a legislação vigente no país, a autoidentificação dos membros é um dos critérios para identificar as comunidades quilombolas remanescentes, e também por meio de práticas culturais, ancestralidades e laços comunitários com território tradicionalmente ocupado.

Para Cunha e Albano (2017), nas comunidades quilombolas uma das características proeminentes da reestruturação política local após ordens oficiais foi a utilização de expressões culturais para criar e transferir significados capazes de demonstrar a persistência e a identidade quilombola, uma condição imposta pelo Estado para a implementação de políticas públicas.

Outrora, o estado estabeleceu como critério preliminar os requisitos para o reconhecimento das comunidades quilombolas, portanto, a promoção de políticas públicas e de representação política pode parecer simples de assumirmos antecipadamente que os grupos negros apenas fortalecem a identidade que já possuem, embora o processo envolve toda a complexidade inerente à dinâmica das identidades. Para terem acesso às políticas públicas nacionais, os grupos devem identificar elementos em suas trajetórias históricas dos territórios que se relacionem com as identidades quilombolas (CUNHA; ALBANO, 2017).

Conforme Gohn (2011) ressalta em seu estudo, ao destacar algumas características básicas da conjuntura na atualidade, no campo do associativismo e no Brasil, que são:

Há um novo cenário neste milênio: novos tipos movimentos, novas demandas, novas identidades, novos repertórios. Proliferam movimentos multi e pluriclassistas. Surgiram movimentos que ultrapassam fronteiras da nação, são transnacionais, como o já citado movimento alter ou antiglobalização. Mas também emergiram com força movimentos com demandas seculares como a terra, para produzir (MST) ou para viver seu modo de vida (indígenas). Movimentos identitários, reivindicatórios de direitos culturais que lutam pelas diferenças: étnicas, culturais, religiosas, de nacionalidades etc. Movimentos comunitários de base, amalgamados por ideias e ideologias, foram enfraquecidos pelas novas formas de se fazer política, especialmente pelas novas estratégias dos governos, em todos os níveis da administração. Novos movimentos comunitaristas surgiram – alguns recriando formas tradicionais de relações de autoajuda; outros organizados de cima para baixo, em função de programas e projetos sociais estimulados por políticas sociais (2011, p.344).

São direitos e cidadania, em que pretendem incentivar a participação de diversos órgãos públicos e também da sociedade civil organizada, para que os representantes das comunidades quilombolas estejam presentes e tenham voz ativa nos conselhos de políticas públicas locais, regionais e nacionais que tenham como foco as comunidades quilombolas, promovendo a construção de políticas nacionais quilombolas de forma participativa, principalmente com a participação ativa dos quilombolas. É nesse eixo que os direitos quilombolas e a cidadania são fortalecidos, ambos, por meio da implementação de políticas sociais de educação, saúde e assistência social. Outrossim, entende-se que os direitos dos quilombolas não serão plenamente concretizados se eles próprios não estiverem organizados e capazes de compreender seus direitos, pois a conquista e efetivação dos direitos se dá por meio da luta social, que depende da capacidade da comunidade de falar ativamente frente a sociedade, que é preconceituosa e discriminatória caracterizada pela “cultura branca”. Sendo assim, quando se refere às políticas públicas destinadas à população quilombola – buscando concretizar políticas específicas para estas comunidades – não vem alcançando as peculiaridades de cada comunidade remanescente (SILVA, 2018).

1.3 PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: LUTAS E CONQUISTAS

Arguedas (2017) salienta que a visibilidade e o protagonismo das comunidades quilombolas hoje no espaço público da sociedade brasileira é uma conquista relativamente recente. Na verdade, a (auto)designação de “comunidades quilombolas” é uma estrutura identitária emergente ligada a lutas desses grupos por direitos e reconhecimento contra o Estado brasileiro, diante disso, através dos movimentos sociais que ganham forças desde os últimos tempos.

Para Gohn (2011) os movimentos negros surgem da seguinte premissa:

O movimento negro, ou afrodescendente como preferem alguns, avançou em suas pautas de luta, a exemplo do Brasil com a política de cotas nas universidades e no Programa Universidade para Todos (Prouni) etc. Destaca-se, nesse avanço, o suporte governamental por meio de políticas públicas – com resultados contraditórios. De um lado, as demandas sociais são postas como direitos (ainda que limitados), abrindo espaço à participação cidadã via ações cidadãs. De outro, há perdas, principalmente de autonomia dos movimentos e o estabelecimento de estruturas de controle social de cima para baixo, nas políticas governamentais para os movimentos sociais. O controle social instaura-se, mas com sentido dado pelas políticas públicas, ainda que haja a participação cidadã no estabelecimento das normativas. As grandes conferências nacionais temáticas são uma das estratégias básicas desse controle. Nesse cenário de redes movimentalistas com apoio institucional, deve-se acrescentar as inúmeras ações e redes cidadãs que se apresentam como movimentos sociais de fiscalização e controle das políticas públicas, atuando em fóruns, conselhos, câmaras, consórcios etc., em escala local, regional e nacional, principalmente no Brasil e na Colômbia (2011, p.340).

Neste processo de ascensão étnica e política, a palavra-chave é território, pois a luta pelo reconhecimento dos territórios ocupados pelas comunidades quilombolas constitui o eixo estrutural das reivindicações desses grupos, que recentemente estruturaram o movimento social nacional. Além dos quilombos, surgiram nesse período outros grupos coletivos, incluindo na denominação geral “comunidades tradicionais” que tinham uma dimensão territorial dominante. Neste contexto, os movimentos sociais lutam para alterar as estruturas sociais existentes, criando novas configurações territoriais. Os conflitos territoriais surgem em áreas onde a ordem social dominante é desafiada, resultando em zonas de confronto, as comunidades quilombolas exemplificam a luta por novos territórios em meio a conflitos e lutas sociais, em busca de proteção e autonomia. Além disso, no Brasil, a emergência de novos movimentos sociais está intimamente ligada aos processos de reconhecimento de suas territorialidades específicas (ARGUEDAS, 2017).

Conforme Gomes; Silva e Brito (2021) salientam, o protagonismo do movimento negro brasileiro na efetivação de políticas específicas do Estado e da sociedade brasileira para combater a desigualdade racial, é vista em estudos sobre as condições de vida da população brasileira.

Já Rodrigues, Santos e Macedo (2022), apontam que se trata de sujeitos que tecem sua resistência por meio dos movimentos sociais populares, tentando fortalecer seus protagonistas políticos e sociais e criar estratégias para superar a realidade imposta.

Dessa forma, Gohn (2008) afirmar que os movimentos estão referidos em algumas formas predominantes, assim podemos destacar que:

Movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos portadores de necessidades especiais, grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos culturais

construídos a partir de princípios territoriais (nacionalidade, Estado, local), e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.) (GOHN, 2008, p.440).

Consoante, em situações onde a violência e os conflitos continuam a ocorrer, a comunidade quilombola assume ativistas sociais e políticos por meio de organizações representativas, eliminando preconceitos que rotulam esses atores como uma sociedade passiva ou fraca. Entre conquistas, avanços e retrocessos quilombola, procura-se escapar da escuridão criando uma oposição de grupo e afirmando a existência nacional, trazendo o debate sobre as nossas diferenças para a sociedade em geral, para espaços políticos de poder e de tomada de decisão, mas também na epistemologia relacionada ao quilombo do passado (RODRIGUES; SANTOS; MACEDO, 2022).

Os movimentos sociais quilombolas desempenham um papel crucial na defesa dos direitos das comunidades e seus membros, incluindo o reconhecimento de seus territórios e práticas culturais. Através de mobilizações, ações de conscientização e diálogos com as autoridades, esses movimentos buscam garantir a visibilidade e o respeito às tradições quilombolas (NASCIMENTO; BATISTA; NASCIMENTO, 2016).

Conforme nos lembra Gomes; Silva; Brito (2019) o protagonismo dos movimentos sociais quilombolas têm sido fundamental na promoção e defesa dos direitos dessas comunidades. Ao longo das últimas décadas, organizações quilombolas têm lutado por reconhecimento territorial, acesso a serviços básicos, como saúde, educação, políticas, valorização da cultura e das práticas tradicionais. O reconhecimento legal das terras quilombolas – garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Decreto 4.887/2003 – é um importante fato conquistado por esses movimentos, que possibilita a demarcação e titulação de seus territórios ancestrais.

Desse modo, apresentada cientificamente por Gohn (2008) em o que se alterou nas teorias dos movimentos sociais, ressalta-se:

Teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais, a partir de elaborações sobre o tema da autonomia, de formas de lutas em busca da construção de um novo mundo, de novas relações sociais não focadas ou orientadas pelo mercado, da luta contra o neoliberalismo. Nessa abordagem, critica-se veementemente a resignificação das lutas emancipatórias e cidadãs pelas políticas públicas que buscam apenas a integração social, a construção e produção de consensos, conclamando para processos participativos, mas deixando-os inconclusos, com os resultados apropriados por um só lado, o que detém o controle sobre as ações desenvolvidas. São as cidadanias tuteladas, geradas nos processos de modernização conservadora. Trocam-se identidades políticas construídas e tecidas em longas jornadas de lutas, por políticas de identidades construídas em gabinetes burocratizados (2008, p.442).

Além disso, o protagonismo dos movimentos sociais quilombolas tem contribuído para a formulação e implementação de políticas públicas mais inclusivas; sensíveis às demandas específicas dessas comunidades. A criação de programas de incentivo à agricultura familiar, de fomento à cultura e de fortalecimento da educação quilombola são exemplos de tais políticas influenciadas pela atuação desses movimentos.

Conforme Gomes; Silva e Brito (2021) mencionam, a literatura aponta para diversos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas, incluindo a pressão do agronegócio, a falta de acesso a serviços básicos e a marginalização política. No entanto, também ressalta a resiliência e a capacidade de mobilização dessas comunidades, apontando para perspectivas de fortalecimento e empoderamento através do reconhecimento de suas práticas culturais.

Segundo Gohn (2008), enfatizando que essas tornam-se marcantes, por ser:

Um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica. Ele não assume ou “veste” uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. Esse ato configura uma política de identidade, e não uma identidade política. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. O reconhecimento jurídico, a construção formal de um direito, para que tenha legitimidade, deve ser uma resposta do Estado à demanda organizada. Assim, a questão da identidade aparece em termos de um campo relacional, de disputas e tensões, um processo de reconhecimento da institucionalidade da ação, e não como um processo de institucionalização da ação coletiva, de forma normativa, com regras e enquadramentos, como temos observado nas políticas públicas no Brasil, na atualidade (2008, p.444).

Portanto, é importante reconhecer a importância das práticas corporais quilombolas como elementos centrais na construção da identidade cultural e na promoção do bem-estar das comunidades. Investimentos em programas de valorização da cultura e de preservação do patrimônio cultural imaterial são essenciais para garantir a perpetuação dessas práticas e para fortalecer o sentimento de pertencimento e orgulho quilombola.

2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para o presente estudo foi realizada um levantamento bibliográfico de literatura nacional publicada no período de 2008 a 2024, tais como teses, monografias, dissertações e artigos científicos oriundos das seguintes plataformas de buscas de dados: Google acadêmico, SciELO, BDTD. Cujo critério de seleção foi descritores como: *práticas corporais e expressões de identidade cultural, políticas públicas e reconhecimento cultural e protagonismo dos movimentos sociais lutas e conquistas* nas comunidades quilombolas, que contribuíram na investigação do tema *Práticas corporais, identidade cultural e políticas públicas na comunidade quilombola: o protagonismo dos movimentos sociais*. Sendo assim, a pesquisa resultou na leitura de em média 50 artigos pré-selecionados, onde 16 foram incluídos por atender aos critérios da análise, dentre os quais os critérios de exclusão, artigos de revisão e trabalhos que tinham como tema meio povos indígenas.

Andrade (2010) ressalta, a respeito do procedimento de pesquisa utilizado:

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (2010, p.25).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando o objetivo da presente pesquisa que foi o de discutir sobre as práticas corporais, identidade cultural e políticas públicas na comunidade quilombola: o protagonismo dos movimentos sociais, em contexto da existência, resistência, coexistência dos ancestrais negros nas comunidades remanescentes e seus direitos na sociedade a partir de produções científicas levantadas. Sendo assim, os resultados apresentaram que os temas em sua maioria são de extrema relevância no cenário social e de lutas quilombolas, com destaque para assuntos

como: práticas corporais e expressões de identidade; políticas públicas e reconhecimento cultural; e protagonismo dos movimentos sociais: lutas e conquistas. Foram utilizadas uma amostra de 16 produções científicas, divididas em 3 quadros sínteses por tema, conforme descrição abaixo:

O primeiro tema de recorrência foi: *práticas corporais e expressões de identidade cultural*; neste foram identificadas 09 produções científicas. No quadro 1 apresenta-se os dados de forma sintetizada:

Quadro 1 – Síntese de dados do tema: *práticas corporais e expressões de identidade*.

ESTUDO	ANO	TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO	CONCLUSÃO
01	2018	Entre o rio e o mar: práticas corporais e cotidiano na comunidade quilombola do Cumbe.	Ana Amélia Neri Oliveira.	compreender os sentidos e significados das práticas corporais expressas no cotidiano do grupo social constituído pela Comunidade Quilombola do Cumbe.	Portanto, a ocupação do rio se revela como uma estratégia de resistência cultural frente à privatização de áreas livres que pode se constituir como uma maneira de reivindicar o direito ao uso do território e à preservação das suas manifestações culturais.
02	2023	Comunidades quilombolas, práticas corporais e Educação Física Escolar: o estado da arte	Félix William Medeiros Campos; Daniel Teixeira Maldonado.	Compreender a cultura das práticas corporais realizadas nas comunidades quilombolas, com a intencionalidade de analisar se essas manifestações culturais fazem parte das aulas de Educação Física Escolar em uma perspectiva da educação popular.	As práticas corporais realizadas nessas comunidades demonstram a importância de jogos, brincadeiras, danças e expressões corporais, pois são passados de geração em geração e refletem as concepções culturais da formação dos quilombos em territórios brasileiros.
03	2017	Vozes quilombolas do Tocantins: ambiente, território e identidade.	Rose Dayanne Santana Nogueira; Verônica Dantas Meneses.	Identificar como o território se configura nas expressões culturais e na definição da identidade quilombola, destacando-se estas expressões como forma de resistência cultural e de visibilidade social.	A obra publicada permitiu que homens, mulheres, crianças e idosos quilombolas pudessem se expressar e narrar seu cotidiano e os elementos que formam seus modos de ser e fazer atuais. Acreditamos ainda que o livro constitui-se um elemento educativo por meio do qual os seus autores evidenciam suas experiências cotidianas, suas raízes e seus entendimentos frente aos processos sociais e políticos que os envolvem.

04	2017	Identidade étnica, movimento social e lutas pelo território em comunidades quilombolas: o caso de acauã (RN).	Alberto Gutiérrez Arguedas.	Compreender os processos de territorialização protagonizados pelas comunidades quilombolas no Brasil, relacionando três categorias profundamente imbricadas: identidade étnica, movimento social e lutas por afirmação territorial.	As reflexões teórico-conceituais são complementadas com um estudo de caso, onde se expõe o processo vivenciado nos últimos quinze anos pela comunidade quilombola de Acauã, no Rio Grande do Norte (RN).
05	2017	Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses.	Felipe Gibson Cunha; Sebastião Guilherme Albano.	Compreensão da história da organização quilombola, a discussão sobre as políticas afirmativas direcionadas aos quilombolas e a proposta de funcionamento da cultura e do território como dispositivos étnico-comunicacionais.	De acordo com a descrição da trajetória estabelecida pela constituição do termo quilombo como um elemento, em um só lance, de identidade cultural, organização social, posse territorial, de cidadania, entre outros, pelos movimentos.
06	2019	O processo educativo do jongo no Quilombo Machadinha: Oralidade, saber da experiência e identidade	Rute Ramos da Silva Costa; Alexandre Brasil Fonseca.	Pautar a ideia fundamentalmente perspectiva do paradigma da afrocentricidade, a fim de proporcionar um solo epistêmico profícuo ao objetivo do texto	Para isso, deverá fundamentar-se, informar-se e alimentar-se dos elementos que permeiam o ensino das práticas culturais quilombolas (BRASIL, 2012).
07	2020	Relações étnico-raciais e quilombos: dos conhecimentos socioculturais aos currículos da educação escolar quilombola na Amazônia paraense.	Raquel Amorim Santos; Simeia Santos Andrade.	Analisa as Relações Étnico-Raciais e o conhecimento sociocultural em comunidades quilombolas do Nordeste do Pará e sua interface com o currículo da Educação Escolar Quilombola.	A proposta curricular da Educação Escolar Quilombola incorpora conhecimentos tradicionais das comunidades em articulação com o conhecimento escolar (sem hierarquização) e busca ordenar os conhecimentos e as práticas sociais e culturais, considerando a presença de saberes que circulam, dialogam e indagam a vida social dos quilombos

					pesquisados da Amazônia paraense.
08	2021	Existimos e Resistimos: a prática da educação física nas comunidades Quilombolas.	Ivalda Kimberlly Santos Portela et al.,	Apresentar informações acerca da Educação Física Escolar Quilombola os desafios de sua resistência e uma práxis pedagógica que tematizasse a cultura afro-brasileira.	Na perspectiva de Zabala a avaliação ela vai poder ser dividida e aplicadas em quatro diferentes conteúdos sendo os mesmo os factuais, conceituais, procedimentais e os atitudinais trazendo assim cada um com sua concepção de avaliação, frisando assim a importância a educação na vida do aluno, sendo assim a escola um espaço de novos conhecimentos e vivências.
09	2020	Percepções de docentes quilombolas sobre a lei 11.645/08, racismo e saúde mental.	Amanda Moura Silva et al.	Analisar a percepção de docentes quilombolas sobre as Leis 11.645/2008. A pesquisa busca observar os debates existentes sobre a referida Lei.	O docente possui uma compreensão do que vem ser a Lei e de sua implementação na escola. O mesmo percebe que o racismo ocorre frequente e impacta significativamente a saúde mental da vítima

Fonte: Elaboração dos Autores, 2024.

O segundo levantamento foi relacionado às *políticas públicas e reconhecimento cultural*, com 4 produções científicas. Os dados quanto ao tema podem ser visualizados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Síntese de dados do tema *Políticas públicas e reconhecimento cultural*.

ESTUDO	ANO	TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO	CONCLUSÃO
01	2018	Políticas públicas e os quilombos no Brasil: da Colônia ao Governo Michel Temer.	Cássius Dunck Dalosto; João Augusto Dunck Dalosto.	Busca discutir as políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas do período colonial até o governo Michel Temer.	Por fim, realiza a análise histórica das políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas brasileiros do período colonial até o governo do presidente Michel Temer.
02	2018	Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção.	André Ricardo Fonsêca da Silva.	Analisa as políticas públicas específicas construídas no contexto brasileiro para os quilombolas, dando ênfase ao Programa Brasil Quilombola	Concluiu-se que a regularização fundiária definitiva junto com a concretização de políticas públicas específicas são o caminho para construção da cidadania quilombola, pois permitirá que haja

					uma segurança jurídica para os quilombolas.
03	2019	Titulação quilombola como instrumento de políticas públicas.	Luciana Garcia de Mello; Luany Barros e Xavier.	Expor a importância da titulação quilombola enquanto instrumento de política públicas para o alcance da justiça social para afrodescendentes remanescentes de quilombos no estado do Rio Grande do Sul.	As comunidades quilombolas, no Brasil todo, representam a conexão com passado escravocrata e a recusa de milhares de negras e negros em aceitar a condição de cativo.
04	2011	Movimentos sociais na contemporaneidade.	Maria da Glória Gohn.	Traçar uma visão panorâmica sobre os movimentos sociais latino-americanos na contemporaneidade.	Concluímos apresentando uma longa lista de referências bibliográficas sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, com o objetivo de auxiliar o leitor em futuros aprofundamentos.

Fonte: Elaboração dos Autores, 2024.

Outro tema presente na coleta de dados foi o referente ao *Protagonismo dos movimentos sociais: lutas e conquistas*; nesta foram mapeadas 3 produções. Assim, o quadro 3 apresenta-se os dados de forma sintetizada:

Quadro 3 – Síntese de dados do tema *Protagonismo dos movimentos sociais: lutas e conquistas*.

ESTUDO	ANO	TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO	CONCLUSÃO
01	2022	Questão agrária, movimentos sociais populares e a luta pelo território	Guilherme Goretti Rodrigues; Ramofly Bicalho dos Santos; Pedro Clei Sanches Macedo.	Debater as políticas de reconhecimento do território nos limiares da questão agrária, buscando refletir, posteriormente, o lugar político e social ocupado pelo movimento quilombola na contemporaneidade	Por isso, torna-se necessário estarmos atentos para os sujeitos, homens e mulheres, que estão em luta, acumulando e partilhando de experiências em múltiplos contextos e escalas sociais.
02	2021	Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios.	Nilma Lino Gomes; Paulo Vinícius Baptista da Silva; José Eustáquio de Brito.	Compreensão do fenômeno do racismo e dos caminhos para combatê-lo é o que orienta a nossa reflexão sobre as ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação.	Por tudo isso, não podemos retroceder. As ações afirmativas como políticas de promoção da igualdade racial na educação representam uma das maiores inflexões democráticas na educação brasileira dos últimos 20 anos.
03	2008	Abordagens teóricas no estudo dos movimentos	Maria da Glória Gohn.	Analisar o cenário do associativismo	O texto conclui com a seguinte observação: há

		sociais na América Latina.		civil na América Latina, destacando seus movimentos sociais e as interpretações teóricas que têm sido realizadas sobre eles, tomando como ponto de vista algumas categorias utilizadas e as teorias que lhes dão suporte.	um novo cenário no associativismo civil, e o leque de teorias e interpretações é diverso. Entretanto, políticas de identidade têm sido construídas para “incluir” grupos e associações, mobilizadas por governos via políticas públicas.
--	--	----------------------------	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração dos Autores, 2024.

Oliveira (2018) aborda em seu estudo que o processo de construção identitária depende do grupo social, as práticas e os modos de construção do cotidiano. Além disso, enfatiza que uma identidade, a partir do corpo pesqueiro e negra-quilombola, é legítima pela autodefinição dessa coletividade como remanescente de quilombolas, exclusivamente, pelos vínculos que estabeleceram como o território. E também, o grupo social resiste e luta pela garantia da autonomia territorial e cultural, isso reforça através do imaginário social e representa um modo de construção identitária transmitido de geração em geração. Diante disso, ocorre uma ressignificação da tradição que se entrelaça com as questões sociais locais e retrata a identidade negra-quilombola.

Colaborando ainda com a ideia, Oliveira (2018) afirma que as práticas são conquistadas como manifestações da corporeidade humana imersa nas culturas tradicionais quilombolas, ao mesmo tempo, não reconhecidas como práticas que expressam uma educação de corpo que explana a identidade.

Por outro lado, Campos e Maldonado (2023) apontam que as práticas corporais são determinadas tradicionalmente pelas brincadeiras, pelos jogos, pelas danças, pelos esportes e pelas manifestações culturais por meio de técnicas em sua gestualidade e características próprias, levando em consideração as expressões corporais para essa população, pois são repassadas de geração em geração e refletem as percepções culturais da formação dos quilombolas em territórios brasileiros.

Em contrapartida, Nogueira e Meneses (2017) dizem que a identidade quilombola é autorrepresentada de maneira única, englobando elementos históricos e culturais que vão além do território demarcado, sua definição não se restringe a isso, uma vez que suas narrativas são construídas a partir de lutas e resistências compartilhadas que transcendem fronteiras. A identidade quilombola é resultado de vivências passadas por seus ancestrais.

Conforme Arguedas (2017) enfatiza em seu estudo a identificação como comunidade quilombola se articulou em uma vasta luta por direitos e cidadania. Além disso, no trabalho de campo, pode-se observar que a identidade como quilombola, apesar de ser uma construção recente, não é uma formação totalmente imaginária. É constituída a partir das experiências cotidianas vivenciadas pelas pessoas, e passadas de gerações em gerações.

Cunha e Albano (2017) constataram no estudo apresentado que conforme a descrição da trajetória definida pela constituição do termo quilombola, entre outros, como elementos de identidade cultural, organização social, propriedade territorial e cidadania mediante movimentos que fortaleçam essa identidade local.

Conforme Costa e Fonseca (2019) as práticas das comunidades quilombolas, apresentadas demonstram a importância dos jogos, das brincadeiras, das danças, das lutas e das expressões corporais para essas populações, pois elas são transmitidas de gerações em gerações e refletem na percepção culturais da construção dos quilombolas. Sendo assim, isso faz parte

da historiografia e desenvolvimento dos quilombolas brasileiros, que perpetuam dos mais velhos aos mais novos, desde as suas práticas esotéricas até a construção da identidade negra.

É fundamental salientar, de acordo com Santos e Andrade (2020), como afirmou-se que as relações estabelecidas nos conjuntos sociais das comunidades quilombolas são vínculos que criam e recriam identidade quilombola diante do território que abrange. Nesse contexto, a identidade é vista como o imaginário social construído pelas vivências e valores compartilhados nas raízes familiares.

Portela *et al.* (2021) mencionam que as práticas corporais concretizam interações dos vários grupos que compartilham com o território social, contexto histórico, quais estão sendo criados e recriados. Nessa perspectiva, o chamado “cultural”, para as vivências nas comunidades remanescentes, é preciso de um âmbito aberto de diálogos, aos encontros de cultura e à influência de práticas corporais pertencentes aos vários setores sociais.

Complementando tais referências, Silva *et al.* (2020) evidenciam que a identidade negra, como diversas culturas raciais, é improvável e irá divergir conforme a situação do poder global e a relação entre diversas raças reconhecidas. Mas, entende-se que a identidade negra é fundamentada na prevalência da cultura negra e particularidades de origem social de um sujeito resolvido ideologicamente.

Assim, fica evidente que as manifestações dos processos culturais são importantes para os quilombos, pois acreditam que a escolha de como cada um se manifesta referente ao seu corpo enxergam suas próprias influências, experiências, vivências e aprendizados dos saberes culturais e dos saberes ligados à cultura corporal. Analisar a relação entre a cultura e a identidade cultural é tentar compreender essa manifestação (Silva *et al.*, 2020).

Em contrapartida, Dalosto e Dalosto (2018) constataram que há a possibilidade de ocorrência de maiores retrocessos nas políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas do Brasil, até mesmo na possibilidade de formação de maiores dificuldades para acesso a políticas já existentes. Ainda enfatizam que a maioria das políticas dos governos federais dirigidas às comunidades quilombolas foram implementadas como políticas gerais com impacto específico nas comunidades remanescentes, e que vivem em situações de graves problemas sociais, mas essas políticas públicas não supriram as necessidades dessas comunidades, visto que, são destinadas à superação da miséria e a inclusão, sofrendo mais limitações, que acabam acarretando uma piora nas condições de vida das comunidades quilombolas brasileiras ao ocorrer esse retrocesso em diversos avanços nos últimos anos.

Por outro lado, Silva (2018) salienta que a conquista e implementação de direitos surgem na luta social e dependem da capacidade das comunidades de se expressarem. Numa sociedade onde há muito preconceito e discriminação e uma “imagem branca” muito visível, neste sentido é fundamental implementar o direito básico à terra (como uma política mais ampla para todas as comunidades quilombolas). Para os quilombos, a lei se espalhou por meio de movimentos sociais que fizeram valer seus direitos.

Ainda na mesma linha de raciocínio, Mello e Xavier (2019) enfatizam que os movimentos sociais e as comunidades precisam manter vigilância, para prevenir ataques externos de interesses individuais quando necessário. Partindo desses pressupostos, a identidade e a autoafirmação do quilombola é uma forma de discurso sobre as origens das comunidades, isso inspira a cooperação e viabiliza a sua própria identidade, tornando o quilombola protagonista na sua própria história e ressignificam os próprios sentidos à história.

Conforme Gohn (2011) aponta, as políticas resultam em um contexto contraditório, em que convivem entidades que buscam a integração dos excluídos, através da participação das comunidades em políticas sociais predominantemente com entidades, redes e fóruns sociais que buscam a transformação social, visando novo modelo de cidadania, a ética, a justiça e a igualdade social sejam imperativos, prioritários e inegociáveis.

Segundo Rodrigues; Santos e Macedo (2022) o mais importante ainda seria que o povo quilombola se organizou em movimentos sociais e criou movimentos políticos. Ao fazê-lo, lutam pela preservação e aplicação de políticas públicas, mas também colocam um novo paradigma para a reforma agrária, isto porque mais do que atribuir a propriedade do território, é reconhecer a sua diversidade e pluralidade.

Gomes; Silva e Brito (2021) trazem em sua leitura o fato de que a consciência criada pelas populações negras ao longo das suas lutas sociais, culturais, políticas e antirracistas é organizada e sistematizada por movimentos negros, o rumo histórico e político das diversas necessidades deste movimento social.

Sendo assim, Gohn (2008), em seu estudo, ressalta que as políticas de identidade têm sido construídas por políticas públicas advindas de governos que ascenderam ao poder de Estado, em vários países latino-americanos, na última década.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente que os resultados encontrados nas produções científicas mostram que há uma grande dificuldade de encontrar políticas públicas específicas e voltadas às comunidades quilombolas, onde poderiam trazer para essas comunidades ações afirmativas que visam resgatar a identidade cultural, patrimônio histórico, práticas corporais, práticas esotéricas e reconhecimento do território quilombola. Mas, pelo contrário, apresentam certos retrocessos para os quilombos, e também mostram que políticas já existentes acabam resultando em vários problemas sociais, visto que não são supridos com as leis governamentais inseridas ou voltadas às comunidades. Sendo assim, diante dos resultados apresentados na pesquisa, notou-se que existem bastantes falhas nessas leis implementadas para comunidades remanescentes de quilombolas, pois não apresentam nenhum efeito de mudanças significativas nessas localidades.

Neste contexto, apesar dos avanços conquistados, as comunidades quilombolas ainda enfrentam inúmeros desafios, como a falta de infraestrutura básica, a pressão por parte de grandes projetos de desenvolvimento, a discriminação racial e a violência no campo. Nesses sentidos, é fundamental que o Estado juntamente com a sociedade civil continue apoiando e fortalecendo os movimentos sociais quilombolas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que seus direitos sejam respeitados.

Desse modo, as lutas e conquistas quilombolas surgem através dos movimentos sociais, afirmam a sua existência, resistência e coexistência da sua identidade cultural e negra dentro do contexto dessa temática. Pois, através das práticas corporais, esse processo traz ressignificação e sentido para a comunidade, como, por exemplo, danças, lutas, brincadeiras, gestualidades e expressões corporais para essa população, visto que os movimentos fortalecem a identidade local.

Dessa forma, o processo de construção identitária depende do grupo social, as práticas e os modos de construção do cotidiano. Assim, como o grupo social resiste e luta pela garantia da autonomia territorial cultural, isso reforça através do imaginário social e representa um modo de construção identitária transmitido de geração em geração pelos seus ancestrais.

Conclui-se que o reconhecimento dos movimentos sociais surge através das suas diversidades e pluralidades, e ainda que a população negra ao logo de suas lutas sociais, culturais, políticas e antirracistas é organizada sistematizada por movimentos negros, o rumo histórico e políticos das diversas necessidades parte do movimento social para garantia dos seus direitos nas comunidades quilombolas. E também nesse estudo ficou nítido que as comunidades quilombolas necessitam de ações estratégicas frente às políticas governamentais eficientes, buscando recuperar, garantir, assegurar a identidade cultural e reconhecimento dessas comunidades quilombolas, para isso acontecer precisa-se da participação das comunidades com

voz ativa em conselhos de políticas públicas locais, regionais e nacionais que tenham como foco a valorização das comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ARGUEDAS, Alberto Gutiérrez. Identidade étnica, movimento social e lutas pelo território em comunidades quilombolas: o caso de acauã (RN). **GEOgraphia**, v. 19, n. 39, p. 70-84, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13787/8987>. Acesso em: 22 abr. 2024.

CAMPOS, Félix William Medeiros; MALDONADO, Daniel Teixeira. Comunidades quilombolas, práticas corporais e Educação Física Escolar: o estado da arte. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 150-175, maio-ago. 2023. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/art_08%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/art_08%20(5).pdf). Acesso em: 23 abr. 2024.

COSTA, Rute Ramos da Silva; FONSECA, Alexandre Brasil. O processo educativo do jongo no Quilombo Machadinha: Oralidade, saber da experiência e identidade. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019182040>. Acesso em: 19 abr. 2024.

CUNHA, Felipe Gibson; ALBANO, Sebastião Guilherme. Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. **Latinoamérica. Revista de estudios latinoamericanos**, n. 64, p. 153-184, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/latinoam/n64/2448-6914-latinoam-64-00153.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

DALOSTO, Cássius Dunck; DALOSTO, João Augusto Dunck. Políticas públicas e os quilombos no Brasil: da Colônia ao Governo Michel Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 545-564, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158843026/321158843026.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, p. 439-455, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/RS3GPtZ4kHcBH4ZqQgYtmsJ/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.47, p.333-361, 2011. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24782011000200005&script=sci_abstract. Acesso em: 25 abr. 2024.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e258226, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.258226>. Acesso em: 19 abr. 2024.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios. IBGE, 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios#:~:text=O%20Censo%202022%20mostrou%20que,total%20de%20quilombolas%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 22 abr. 2023.

LOURENÇO, Evelin Francisco. **Cultura Africana e Afro-Brasileira nas aulas de Educação Física**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202374>. Acesso em: 18 abr. 2024.

MELLO, Luciana Garcia de; XAVIER, Luany Barros e. Titulação quilombola como instrumento de políticas públicas. **Revista Literatura em Debate**, v. 13, n. 24, p. 47 - 57, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233901225.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

NASCIMENTO, Germana Aguiar Ribeiro do; BATISTA, Mércia Rejane Rangel; NASCIMENTO, Marília Aguiar Ribeiro do. Panorama atual de proteção do direito à terra das comunidades quilombolas e desafios futuros. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, p. 432-447, 2016. Disponível em: [https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.3\(07\)](https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.3(07)). Acesso em: 22 abr. 2023.

NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana; MENESES, Verônica Dantas. Quilombolas Do Tocantins—Ambiente, Território E Identidade. **Humanidades & Inovação**, v. 4, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/336>. Acesso em: 19 abr. 2024.

OLIVEIRA, Ana Amélia Neri. **Entre o rio e o mar: práticas corporais e cotidiano na Comunidade Quilombola do Cumbe**, 2018, 173 f., il. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/34738>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares. Os esquecimentos da memória: o tombamento do patrimônio cultural quilombola e a formulação de uma política pública. **Direito da Cidade**, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/38053>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PORTELA, Ivalda Kimberlly Santos et al. Existimos e Resistimos: a prática da educação física nas comunidades Quilombolas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. e397101522888-e397101522888, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22888>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RODRIGUES, Guilherme Goretti; SANTOS, Ramofly Bicalho dos; MACEDO, Pedro Clei Sanches. Questão agrária, movimentos sociais populares e a luta pelo território: desafios e protagonismo quilombola no brasil. **Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 18, p. 91-109, 2022. Disponível em: <https://revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/467/332>. Acesso em: 19 abr. 2024.

SANTOS, Raquel Amorim; ANDRADE, Simei Santos. Relações étnico-raciais e quilombos: dos conhecimentos socioculturais aos currículos da educação escolar quilombola na

Amazônia paraense. **Nova Revista Amazônica**, v. 8, n. 2, p. 65-85, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/9373> . Acesso em: 20 abr. 2024.

SANTOS, Robson Alves dos et al. A educação escolar quilombola e o ensino de geografia em Vila Nova Jutai–Breu Branco–PA. **GEOgraphia**, v. 24, n. 52, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/49936> . Acesso em: 19 abr. 2024.

SILVA, Amanda Moura et al. Percepções de docentes quilombolas sobre a lei 11.645/08, racismo e saúde mental. **Revista Portuguesa de Ciências Jurídicas**, v. 1, n. 01, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/rpcj/article/view/271>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SILVA, André Ricardo Fonsêca. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Política & trabalho**, n. 48, p. 128, 2018. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/8ffe3bf4a14cd2cc726a890d214e6ea7/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2040281>. Acesso em: 19 abr. 2024.

SILVEIRA, Sérgio Roberto. A constituição cultural religiosa afro-brasileira e sua relação com a religiosidade africana e o corpo. **Diálogos**, v. 25, n. 3, p. 1806-201, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/60131>. Acesso em: 19 abr. 2024.

SOUSA, Alex Montel. **Memória, processos de identificação cultural e desobediência epistêmica na/da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente em Araguatins-TO**. In: Anais do Congresso Internacional da ABRALIC: Circulação, tramas & sentidos. 2018. p. 2094-2105. Disponível em: https://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2018_1547575697.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.